

## Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
<b>01</b>	<b>Período de tributação</b>
1	De <input type="text" value="2019/07/15"/> a <input type="text" value="2019/12/31"/>
	Período <span style="float: right;">2</span> <input type="text" value="2018"/>
<b>02</b>	<b>Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável</b>
	Código do Serviço de Finanças <span style="float: right;">1</span> <input type="text" value="0485"/>
<b>03</b>	<b>Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo</b>
	Designação <span style="float: right;">N.º de Identificação Fiscal (NIF)</span>
1	<input type="text"/> <span style="float: right;">2</span> <input type="text" value="534279570"/>
<b>3</b>	<b>Tipo de sujeito passivo</b>
1	<input checked="" type="checkbox"/> Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
2	<input type="checkbox"/> Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola
3	<input type="checkbox"/> Não residente com estabelecimento estável
4	<input type="checkbox"/> Não residente sem estabelecimento estável
<b>3-A</b>	<b>Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro</b>
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3	<input checked="" type="checkbox"/> Micro empresa
4	<input type="checkbox"/> Pequena empresa
1	<input type="checkbox"/> Média empresa
2	<input type="checkbox"/> Não PME
<b>3-B</b>	<b>Organismos de investimento coletivo</b>
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1	<input type="checkbox"/>
<b>3-C</b>	<b>Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)</b>
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
Sim <span style="float: right;">1</span> <input type="checkbox"/>	
<b>4</b>	<b>Regimes de tributação dos rendimentos</b>
1	<input checked="" type="checkbox"/> Geral
3	<input type="checkbox"/> Isenção definitiva
4	<input type="checkbox"/> Isenção temporária
5	<input type="checkbox"/> Redução de taxa
6	<input type="checkbox"/> Simplificado
7	<input type="checkbox"/> Transparência fiscal
8	<input type="checkbox"/> Grupos de sociedades
NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4) <span style="float: right;">9</span> <input type="text"/>	

10	<input type="checkbox"/>	Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)
11	<input type="checkbox"/>	Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?
12	<input type="checkbox"/>	Artigo 36.º-A do EBF
4-A	Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino		
1	<input type="checkbox"/>	Países da UE/EEE
2	<input type="checkbox"/>	Outros

  

<b>04</b>	<b>Características da declaração</b>
<b>1</b>	<b>Tipo de declaração</b>
1	<input checked="" type="radio"/> 1.ª Declaração do período
2	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)
3	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)
4	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)
5	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal
6	<input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)
Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3) <input style="width: 100px;" type="text"/>	
<b>2</b>	<b>Declarações especiais</b>
1	<input type="checkbox"/> Declaração do Grupo
2	<input type="checkbox"/> Declaração do período de liquidação
3	<input type="checkbox"/> Declaração do período de cessação
Data da cessação <input style="width: 100px;" type="text"/>	
Declaração com período especial de tributação	
4	<input type="checkbox"/> Antes da alteração
5	<input type="checkbox"/> Após a alteração
7	<input type="checkbox"/> Declaração do período do início de atividade
Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável) <input style="width: 100px;" type="text"/>	
9	<input type="checkbox"/> Antes da dissolução
10	<input type="checkbox"/> Após a dissolução
Data da dissolução <input style="width: 100px;" type="text"/>	
<b>3</b>	<b>Anexos que devem acompanhar a declaração</b>
Anexo A (derrama) <input style="width: 100px;" type="text"/>	
Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010) <input style="width: 100px;" type="text"/>	
Anexo C (Regiões Autónomas) <input style="width: 100px;" type="text"/>	
Anexo D (benefícios fiscais) <input style="width: 100px;" type="text"/>	
Anexo E (regime simplificado) <input style="width: 100px;" type="text"/>	
Anexo F (OIC) <input style="width: 100px;" type="text"/>	

  

<b>05</b>	<b>Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado</b>
NIF do representante legal <input style="width: 100px;" type="text"/>	
NIF do contabilista certificado <input style="width: 100px;" type="text"/>	

07 (Período 2009 e anteriores)	Apuramento do lucro tributável	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	201	€ <input type="text"/>
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)	202	€ <input type="text"/>
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)	203	€ <input type="text"/>
SOMA (campos 201 + 202 - 203)	204	€ <input type="text" value="0,00"/>
<b>A ACRESCER</b>		
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	205	€ <input type="text"/>
Prémios de seguros e contribuições (art.º 23.º, n.º 4)	206	€ <input type="text"/>
Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)	207	€ <input type="text"/>
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)	208	€ <input type="text"/>
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)	209	€ <input type="text"/>
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)	210	€ <input type="text"/>
IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º 1, alínea a)]	211	€ <input type="text"/>
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º 1, alínea d)]	212	€ <input type="text"/>
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea e)]	213	€ <input type="text"/>
Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º 1, alínea g)]	277	€ <input type="text"/>
Despesas não documentadas (art.º 23.º)	214	€ <input type="text"/>
Menos-valias contabilísticas	215	€ <input type="text"/>
Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º 1)	217	€ <input type="text"/>
40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo	218	€ <input type="text"/>
Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º 1, alínea h)]	220	€ <input type="text"/>
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	222	€ <input type="text"/>
Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º 1, alínea f)]	223	€ <input type="text"/>
Correções relativas a exercícios anteriores	224	€ <input type="text"/>
Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º 8)	251	€ <input type="text"/>
Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º 1)	252	€ <input type="text"/>
Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)	253	€ <input type="text"/>
Subcapitalização (art.º 61.º, n.º 1)	254	€ <input type="text"/>
Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º 1, alínea j)]	255	€ <input type="text"/>
Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea i)]	256	€ <input type="text"/>
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a)]	257	€ <input type="text"/>
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, n.º 1, alínea b)]	258	€ <input type="text"/>
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, n.ºs 5, 6 e 7)	259	€ <input type="text"/>
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€ <input type="text"/>
Impostos diferidos	271	€ <input type="text"/>
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€ <input type="text"/>
Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€ <input type="text"/>
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€ <input type="text"/>
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€ <input type="text"/>
	225	€ <input type="text"/>
SOMA (campos 204 a 225)	226	€ <input type="text" value="0,00"/>
<b>A DEDUZIR</b>		
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€ <input type="text"/>

Redução de provisões tributadas	228	€	
Mais-valias contabilísticas	229	€	
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	
Benefícios fiscais	234	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)	235	€	
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º 9)	236	€	
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	
Impostos diferidos	273	€	
	237	€	
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	

  

<b>07 (Período 2010 e posteriores)</b>	<b>Apuramento do lucro tributável</b>		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	€	-222.299,14
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	-222.299,14
<b>A ACRESCER</b>			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	64.441,10
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	€	7,00
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	1.053,40
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. b)]	716	€	200,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	103,00
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º 1, al. d)]	783	€	
	728	€	1.635,00

Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]		
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º 1, al. f)]	727	€
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€
Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	€
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€ 22.407,60
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), não aceites como gastos	719	€ 436,33
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€
Menos-valias contabilísticas	736	€ 1.234,96
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€ 25.324,08
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 do EBF)	779	€
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€
Outros acréscimos	752	

	€	
SOMA (campos 708 a 752)	753 €	-105.456,67
<b>A DEDUZIR</b>		
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	€
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º 7)	781	€
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€
Mais-valias contabilísticas	767	€ 657,53
50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	€
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	€
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	€
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)	793	€
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)	771	€
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	794	€
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	€
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)	795	€
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	€
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	796	€
Benefícios Fiscais	774	€ 245,00
Outras deduções	775	€
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)	798	€
SOMA (campos 754 a 775 + 798)	776 €	902,53
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)	777 €	106.359,20
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)	778 €	

  

<b>08</b>	<b>Regimes de taxa</b>		
<b>08.1</b>	<b>Regimes de redução de taxa</b>	<b>Assinalar com X</b>	<b>Taxas de tributação</b>
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input checked="" type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%

Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)		260	<input type="checkbox"/>	3%
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)		265	<input type="checkbox"/>	5%
		247	<input type="checkbox"/>	
<b>08.2</b>	<b>Regime geral</b>	<b>Assinalar com X</b>	<b>Taxas de tributação</b>	
Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)		246	<input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)		249	<input type="checkbox"/>	17% / 21%
Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)		262	<input type="checkbox"/>	25%
Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)		263	<input type="checkbox"/>	25%
Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)		266	<input type="checkbox"/>	25%
Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FII e de participações sociais em SII, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)		267	<input type="checkbox"/>	10%
Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável		264	<input type="checkbox"/>	

  

<b>09</b>					<b>Apuramento da matéria coletável</b>				
<b>(transporte de Q. 07)</b>		<b>Regime geral</b>		<b>Com redução de taxa</b>		<b>Com isenção</b>		<b>Regime simplificado (em vigor até 2010)</b>	
1. PREJUÍZO FISCAL		301 €	106.359,22	312 €		323 €			
2. LUCRO TRIBUTÁVEL		302 €		313 €		324 €		400 €	
<b>Regime especial dos grupos de sociedades</b>									
Soma algébrica dos resultados fiscais								380 €	
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)								381 €	
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)								395 €	
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período								376 €	
Resultado fiscal do grupo								382 €	
396 Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:									
Prejuízos NIF									
398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)									
Prejuízos NIF									
Prejuízos fiscais dedutíveis		303 €	245,00	314 €		325 €		401 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)		383 €		386 €		389 €		392 €	
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]		384 €		387 €		390 €		393 €	
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)		385 €		388 €		391 €		394 €	
<b>3. DEDUÇÕES</b>									
Prejuízos fiscais deduzidos		309 €		320 €		331 €		407 €	
Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante									
<b>Regime Geral</b>									
309.1 - Período 309.2 - Montante									
<b>Com redução de taxa</b>									
320.1 - Período 320.2 - Montante									
<b>Com isenção</b>									
331.1 - Período 331.2 - Montante									
Benefícios fiscais		310 €		321 €		332 €		408 €	

4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)	311 €	322 €	333 €	409 €	0,00
ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)	336 €				
COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)	399 €				
<b>Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:</b>					
Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)				397 €	0,00
397-A	Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]				
	Valor utilizado no período		NIF		
397-B	Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)				
	Valor utilizado no período		NIF		
MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E				346 €	0,00

<b>10</b>	<b>Cálculo do Imposto</b>				
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%	347-A €	1.875,00			
Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%	347-B €				
Imposto a outras taxas	348	12,5	%	349 €	
Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores	350 €				
Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira	370 €				
COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)	351 €	1.875,00			
Derrama estadual (art.º 87.º - A)	373 €				
COLETA TOTAL (351 + 373)	378 €	1.875,00			
<b>Deduções:</b>					
Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)	353 €				
Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)	375 €				
Benefícios fiscais	355 €	245.003,23			
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)	470 €				
Pagamento especial por conta (art.º 93.º)	356 €				
TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378	357 €	245.003,23			
TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0	358 €	0,00			
Resultado da liquidação (art.º 92.º)	371 €				
Retenções na fonte	359 €	140,93			
Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)	360 €				
Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)	374 €				
IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0	361 €	0,00			
IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0	362 €	140,93			
IRC de períodos anteriores	363 €				
Reposição de benefícios fiscais	372 €				
Derrama municipal	364 €				



Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378		379	€	
Tributações autónomas		365	€	1.053,40
Juros compensatórios		366	€	
Juros de mora		369	€	
TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0				367 € 912,47
TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0				368 € 0,00
<b>10-A Juros compensatórios</b>				
Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:				
Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração		366-A	€	
Juros compensatórios declarados por outros motivos		366-B	€	
<b>10-B Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)</b>				
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)				
1	<input type="checkbox"/>	imediato [al. a)]		
2	<input checked="" type="checkbox"/>	diferido [al. b)]		
3	<input type="checkbox"/>	fracionado [al. c)]		
IRC + Derrama estadual		Derrama municipal		
Valor do pagamento diferido ou fracionado		377-A	€	
		377-B	€	
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)				377 € 0,00
TOTAL A PAGAR (367 - 377) > 0				430 € 912,47
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0				431 €
<b>11 Outras informações</b>				
Total de rendimentos do período		410	€	657.786,00
Volume de negócios do período		411	€	655.177,10
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º		416	€	
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)		418		
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]		Sim?	423	<input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?		Sim?	429	<input type="checkbox"/>
<b>11-A Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto</b>				
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:				
AID de perdas por imparidade em créditos		460	€	
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados		461	€	
Outros AID		462	€	
Informação adicional:				
Capital próprio		463	€	
Crédito Tributário		464	€	
Data da entrada em liquidação		465		
<b>12 Retenções na fonte</b>				
N.º de identificação fiscal ( NIF )		Retenção na fonte		
508787459		€	125,00	
531234465		€	15,93	
<b>13 Tributações autónomas</b>				
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)		414	€	65,13

Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	415 €	8,82
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	417 €	
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)	420 €	
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º 4) (regime em vigor até 31/12/2013)	421 €	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	422 €	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	424 €	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	425 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	426 €	708,75
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	427 €	48,64
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	428 €	135,69
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	432 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	433 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	434 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	435 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	436 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	437 €	
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)	438 €	151,50
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)	439 €	

**13-A Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)**

Despesas de representação (art.º 88.º, n.º 7)	440 €	
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)	441 €	
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)	442 €	
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]	443 €	
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]	444 €	
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	445 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453 €	
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454 €	

**14 Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (CIDTJI)**

1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.º 91.º, n.º1, al. a)]	5 - Fração do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.º 91.º, n.º 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período		
Saldo não deduzido			Crédito de imposto do período	Dedução efetuada no período		Saldo que transita	
TOTAL do CIDTJI com CDT			€	€	€	€	

TOTAL do CIDTJI sem CDT	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>
TOTAL do CIDTJI	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>	€ <input type="text"/>